cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.07.26 05:57:46 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 26 de julho de 2023 • Nº 1609 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

INFLAÇÃO

IPCA-15 tem 1ª deflação em 10 meses; queda foi de 0,07%

Com o recuo dos preços de energia elétrica e alimentos, o IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) teve queda de 0,07% em julho, informou ontem o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A deflação (baixa) foi maior do que o recuo esperado pelo mercado. Na mediana, as projeções de analistas consultados pela agência Bloomberg indicavam queda de 0,02%, após o leve avanço de 0,04% registrado pelo índice em junho. O novo resultado marca a primeira deflação do IPCA-15 em dez meses, desde setembro de 2022. À época, o recuo havia sido de 0,37%, sob impacto dos cortes tributários do governo Jair Bolsonaro (PL) perto das eleições presidenciais. Depois, o índice teve nove avanços consecutivos. Considerando apenas os meses de julho, a queda de 0,07% é primeira desde 2017. Naquela ocasião, o recuo havia alcançado 0,18%. Com a variação de julho de 2023, a alta acumulada em 12 meses pelo IPCA-15 desacelerou a 3,19%. Trata-se da menor elevação desde setembro de 2020 (2,65%). Nesse recorte, o avanço era de 3,40% até junho. PÁGINA 2

CNC

Setor de Turismo tem em maio maior faturamento desde 2014

O turismo no Brasil teve, em 2023, o maior faturamento para um mês de maio desde 2014, divulgou ontem a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O volume de receitas somou R$ 36,1 bilhões, com aumento de 8,6% em relação ao mesmo mês do ano passado, e de 4% na comparação com abril deste ano. Na avaliação do presidente da CNC, José Roberto Tadros, o setor tem retomado sua receita com empregabilidade, desenvolvimento de novos negócios e atração de investimentos estrangeiros. Outro indicador desse movimento é que a média de fluxo de aeronaves nos 10 maiores aeroportos do Brasil voltou, em maio, ao nível observado antes da pandemia. PÁGINA 2

CASO MARIELLE

FOLHAPRESS

Procurador-geral de Justiça acredita em novas delações

O procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Luciano Mattos (**foto**), afirmou ontem que há possibilidade de novas delações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Mattos destacou que, assim como Élcio de Queiroz, é "possível" que Ronnie Lessa, apontado como atirador, e outros envolvidos no crime, optem pela delação. "Eu acho que havendo uma delação e no contexto em que estamos, é sempre uma oportunidade. Claro que não só do Ronnie (Lessa), mas também do Maxwell e de outros envolvidos nesse caso", declarou o procurador à CNN Brasil. O procurador destacou que a nova fase das apurações traz um "leque de oportunidades" para que elas sejam aprofundadas e tenham mais celeridade. PÁGINA 3

SÃO PAULO

Sob Tarcísio, estupros e furtos crescem no primeiro semestre

RAFA NEDDERMEYER/ ABRASIL

Os registros de crimes de estupro cresceram nos primeiros seis meses do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) (**foto**) em São Paulo, segundo dados da Secretaria da Segurança Pública divulgados ontem. Isso significa que, no primeiro semestre, foram ao menos 38 casos por dia. No estado, 7.089 casos registrados, uma alta de 15,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Já na capital paulista 1.507 estupros notificados nos primeiros seis meses de 2023, um crescimento de 26% na comparação com 2022. PÁGINA 3

700 MIL MORTES

Ministra anuncia memorial da Covid e cita 'política desastrosa'

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, anunciou ontem que sua pasta e o governo federal farão um memorial para que a Covid-19 e a postura "desastrosa do governo passado" em relação à pandemia não sejam esquecidas. O anúncio do que ela chama de "política de memória deste triste tempo" foi feito durante sua palestra no Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ontem, em Curitiba. "Não podemos esquecer esse tempo. Não que nós não consigamos ver que estamos em um outro momento. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 0,55% / 122.007,77 / 666,08 / Volume: R$ 24.690.480.546 / Negócios: 3.921.781

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
EZTEC ON NM	21.38	+6.21	+1.25
SID NACIONALON	13.82	+5.90	+0.77
MELIUZ ON NM	8.190	+4.20	+0.330
CYRELA REALTON NM	23.50	+3.75	+0.85
BRADESPAR PN N1	24.17	+3.78	+0.88

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
GOL PN N2	10.13	–3.06	–0.32
MINERVA ON NM	9.34	–2.71	–0.26
PETRORIO ON NM	44.96	–2.62	–1.21
WEG ON ED NM	40.50	–2.50	–1.04
BRF SA ON NM	8.39	–2.21	–0.19

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	72.01	+3.09	+2.16
PETROBRAS PN N2	31.00	+2.31	+0.70
ITAUUNIBANCOPN N1	28.60	+0.21	+0.06
ITAUSA PN N1	9.90	+0.81	+0.08
BRADESCO PN N1	16.54	–0.36	–0.06

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	35.438,07	+0,08
NASDAQ Composite	14.144,555	+0,61
Euro STOXX 50	4.389,76	+0,13
CAC 40	7.415,45	-0,16
FTSE 100	7.691,8	+0,17
DAX 30	16.211,59	+0,13

Salário mínimo	R$ 1.320,00	IGP-M	-1,93% (jun.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 4,3329	IPCA 5	-0,09% (jun.)	Compra: 5,2807	Venda: 5,4607
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(21/06)	13,75%	0,87	até o dia 25/jul.	Compra: 4,7490	Venda: 4,7496
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(07/2023)	0,66%	BM&F/grama	R$ 295,00	Compra: 4,7488	Venda: 4,7494
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(07/2023)	0,1581%	Compra: 5,2488	Venda: 5,2494	Compra: 4,7451	Venda: 4,9251

Economia

MERCADOS

Bolsa supera os 122 mil pontos com deflação do IPCA-15; dólar sobe

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) registrou nova alta ontem após a divulgação do IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) de julho, que caiu mais que o esperado pelo mercado e reforçou apostas de um possível corte maior da Selic (taxa básica de juros) na próxima semana. Uma disparada da Vale diante da expectativa de estímulos econômicos na China também apoiou os negócios no Brasil.

Já o dólar começou a sessão em queda, mas passou a operar alta ao longo do dia.

Com isso, o Ibovespa (Índice Bovespa) subiu 0,54%, aos 122.007 pontos, enquanto o dólar avançou 0,33%, fechando o dia cotado a R$ 4,749.

As curvas de juros futuros, aliás, refletiram o aumento das apostas de um corte de maior magnitude. Os contratos com vencimento em janeiro de 2024 saíram de 12,7% para 12,63%, enquanto os para 2025 foram de 10,73% para 10,63%.

Nesse cenário, a Bolsa brasileira registrou nova alta e superou os 122 mil pontos, apoiada por subida de ações da Vale (3,09%) e da Petrobras (2,31%), as maiores do Ibovespa, em dia positivo para commodities no exterior.

Ontem, a agência estatal chinesa de notícias Xinhua noticiou que a China vai intensificar os estímulos econômicos para se concentrar na demanda doméstica. A informação fez o preço do minério de ferro disparar, já que o país asiático é um grande consumidor de aço, e deu força às ações da Vale no Brasil. Já a Petrobras foi beneficiada pela alta do petróleo no exterior.

Do outro lado, a alta do petróleo —que aumenta o custo das empresas aéreas— pressionou as ações da Gol, que registraram as maiores perdas do dia ao caírem 3,06%. Quedas de Minerva (2,71%) e PetroRio (2,62%) completam a lista de piores resultados da sessão.

Em Nova York, o Dow Jones, o S&P 500 e o Nasdaq subiram 0,08%, 0,28% e 0,61%, respectivamente.

CNC

Turismo registra em maio maior faturamento desde 2014

VINÍCIUS LISBOA/ABRASIL

O turismo no Brasil teve, em 2023, o maior faturamento para um mês de maio desde 2014, divulgou ontem a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O volume de receitas somou R$ 36,1 bilhões, com aumento de 8,6% em relação ao mesmo mês do ano passado, e de 4% na comparação com abril deste ano.

Na avaliação do presidente da CNC, José Roberto Tadros, o setor tem retomado sua receita com empregabilidade, desenvolvimento de novos negócios e atração de investimentos estrangeiros. Outro indicador desse movimento é que a média de fluxo de aeronaves nos 10 maiores aeroportos do Brasil voltou, em maio, ao nível observado antes da pandemia.

Do ponto de vista do turismo interno, a alta tem relação com o alto custo de viajar para o exterior e com a alta oferta de produtos turísticos brasileiros. Pela ótica do turista estrangeiro, o câmbio e a infraestrutura voltada ao turismo internacional tornam o Brasil uma boa opção.

EMPREGOS E EMPRESAS

Com o fortalecimento da atividade econômica do setor, foram criadas entre janeiro e maio 64,2 mil vagas de emprego no turismo, sendo 9,6 mil somente em maio. Para o ano de 2023, a projeção da CNC é uma geração de 101,6 mil novos postos de trabalho.

Assim como o número de postos de trabalhos, o número de empresas do setor também está em alta. Em maio deste ano havia 10% mais estabelecimentos que no mesmo mês do ano passado, lista que inclui serviços culturais e de hospedagem, bares e restaurantes, transporte de passageiros, aluguel de veículos, agências de viagem e outros.

Apesar de ser frequentemente associado a hospedagem e agências de viagem, os serviços turísticos que tiveram maior crescimento de estabelecimentos foram aluguel de veículos (12,4%), serviços culturais (11,5%) e bares e restaurantes (10,9%).

A CNC também informa que a inflação foi mais intensa no setor turístico do que na economia em geral. Enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulava 2,95% em maio, o avanço médio dos preços no setor de turismo foi de 6%. Os maiores aumentos foram registrados nos preços de pacotes turísticos (10,5%) e hospedagens (15,8%). Os custos dos transportes por aplicativo tiveram uma queda de 4,6% para o consumidor.

INFLAÇÃO

IPCA-15 tem 1ª deflação em dez meses, com queda de 0,07%

Com o recuo dos preços de energia elétrica e alimentos, o IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) teve queda de 0,07% em julho, informou ontem o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A deflação (baixa) foi maior do que o recuo esperado pelo mercado. Na mediana, as projeções de analistas consultados pela agência Bloomberg indicavam queda de 0,02%, após o leve avanço de 0,04% registrado pelo índice em junho.

O novo resultado marca a primeira deflação do IPCA-15 em dez meses, desde setembro de 2022. À época, o recuo havia sido de 0,37%, sob impacto dos cortes tributários do governo Jair Bolsonaro (PL) perto das eleições presidenciais. Depois, o índice teve nove avanços consecutivos.

Considerando apenas os meses de julho, a queda de 0,07% é primeira desde 2017. Naquela ocasião, o recuo havia alcançado 0,18%.

Com a variação de julho de 2023, a alta acumulada em 12 meses pelo IPCA-15 desacelerou a 3,19%. Trata-se da menor elevação desde setembro de 2020 (2,65%). Nesse recorte, o avanço era de 3,40% até junho.

O índice oficial de inflação do Brasil é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), também divulgado pelo IBGE.

Como a variação do IPCA é calculada ao longo do mês de referência, o resultado de julho ainda não está fechado. Será conhecido no dia 11 de agosto.

O IPCA-15, pelo fato de ser divulgado antes, sinaliza uma tendência para os preços. Sua variação é coletada entre a segunda metade do mês anterior e a primeira metade do mês de referência dos dados –neste caso, de 15 de junho a 13 de julho.

COMÉRCIO

Com 'efeito Desenrola', Serasa vê alta de 41% em negociações de dívidas

Na semana de estreia do Desenrola Brasil, a Serasa Experian viu as renegociações de dívidas crescerem 41% em sua plataforma em comparação à semana anterior ao lançamento do programa. Foram feitos 1,046 milhão de acordos entre 17 e 23 de julho, considerando dívidas bancárias e de outros segmentos. Uma semana antes, entre os dias 10 e 16, 744,3 mil negociações foram fechadas. Os dados foram divulgados pela Serasa nesta terça-feira.

O bureau de crédito informou ainda que mais de 1,5 milhão de pessoas com dívidas bancárias de até R$ 100 tiveram seus nomes retirados do seu cadastro negativo. Balanço da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) divulgado no sábado passado mostra que mais de 2 milhões de nomes foram limpos em cinco dias de Desenrola, com R$ 500 milhões negociados.

O dado se refere às dívidas negociadas dentro e fora da primeira fase do programa do governo federal, a faixa 2, que teve início no último dia 17. Isso se deve ao fato de que muitos consumidores acabaram procurando o bureau de crédito para negociar seus débitos à parte ao Desenrola.

Levando em conta apenas as dívidas bancárias, a plataforma Serasa Limpa Nome intermediou 232 mil acordos na primeira semana do programa --um aumento de 47% em relação à semana anterior ao lançamento do Desenrola, que registrou 158 mil negociações. Se compararmos a estreia do Desenrola com o total de negociações realizadas entre 19 a 25 de junho, a alta é de 62%.

Ao todo, os bancos ofereceram quase R$ 1 bilhão em descontos nas renegociações: foram R$ 973,966 milhões abatidos, informou a empresa. O número é 97% maior do que as reduções concedidas entre 19 e 25 de junho, que alcançaram a marca de R$ 473 milhões à época.

Empresas pegam carona no programa para negociar dívidas.

Não são apenas os bancos que estão renegociando. Nesta segunda (24), Via (Casas Bahia e Ponto) e Renner se anteciparam ao Desenrola e anunciaram condições para quitação de dívidas no carnê e no cartão.

CRÉDITO

FGTS amplia verba para habitação e aprova suspensão de parcelas do Minha Casa

O FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) aumentou o orçamento para o financiamento da compra da casa própria em R$ 29 bilhões. A medida tem como alvos a habitação popular e o crédito para a classe média.

Além disso, o grupo também autorizou interrupções de até seis meses no pagamento das parcelas do Minha Casa, Minha Vida para quem estiver inadimplente com o programa. A medida foi antecipada pela Folha de S.Paulo.

As decisões foram tomadas em reunião do Conselho Curador realizada ontem em Brasília.

O orçamento para o financiamento no Minha Casa, Minha Vida passou de R$ 61,4 bilhões para R$ 85,6 bilhões. A suplementação foi necessária porque, sem a verba extra, o FGTS ficaria sem recursos para emprestar em três regiões do país entre agosto e setembro.

A expansão do orçamento também era necessária porque o governo federal ampliou o acesso ao Minha Casa, Minha Vida para famílias com renda de até R$ 8.000 e subiu o teto de imóveis financiados pelo programa de R$ 264 mil para R$ 350 mil. As medidas entraram em vigor na metade deste ano.

Nesse caso, os principais beneficiados são as faixas 2 e 3 do programa, cuja renda vai de R$ 4,4 mil até R$ 8.000. A faixa 1 também utiliza recursos do FGTS, mas para esse público há subsídios do Orçamento da União.

Já a classe média foi contemplada com um aumento de R$ 6,7 bilhões para R$ 11,35 bilhões no orçamento do Pró-Cotista.

A linha oferece condições melhores do que nos bancos e pode ser acessada por quem tem conta no FGTS. Com taxa de juros de 8,66% ao ano mais a TR (Taxa Referencial), o preço máximo do imóvel a ser financiado é de R$ 1,5 milhão.

A medida oferece um alívio para os mutuários, que enfrentam dificuldades para financiar o imóvel no cenário atual de juros altos.

Para a suspensão temporária de até seis meses nas parcelas de financiamentos do Minha Casa, Minha Vida, o FGTS reservou R$ 1 bilhão. Com a interrupção, os recursos deixam de entrar, o que influencia no orçamento do fundo.

IMPOSTOS

Governo publica MP das apostas esportivas e prevê taxação de 18%

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) publicou ontem a MP (medida provisória) que regulamenta as apostas esportivas. A previsão é que as empresas paguem uma alíquota de 18% sobre a receita obtida com os jogos (chamada de GGR, ou gross gaming revenue), descontados os prêmios pagos aos jogadores.

A norma afirma que no máximo 82% serão destinados às plataformas de aposta para "cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa".

O texto prevê que o dinheiro arrecadado será destinado a áreas como segurança pública, educação básica, clubes esportivos e ações sociais.

Do volume a ser distribuído, 3% ficarão para o Ministério do Esporte e 1,63%, para entidades esportivas que tiverem a marca explorada. Ainda serão direcionados 2,55% ao FNSP (Fundo Nacional de Segurança Pública) para ações de combate à manipulação de apostas, à lavagem de dinheiro e a demais atos de natureza penal. Em maio, a Fazenda desenhou uma proposta na qual previa a cobrança de uma alíquota de 16%.

A elevação da tributação para 18% acompanhou o aumento do repasse para o Ministério do Esporte, que saltou de 1% para 3%. A ampliação de recursos coincide com o momento em que a pasta tem sido cobiçada pelo centrão, que intensificou a pressão para que o presidente Lula faça uma reforma ministerial mais ampla.

A ministra Ana Moser (Esporte) é uma das mulheres que têm a permanência ameaçada no governo.

Haverá também tributação de 30% referente ao IR (Imposto de Renda) sobre prêmios recebidos pelos apostadores que ficarem acima da faixa de isenção de R$ 2.112.

Os prêmios que não forem retirados pelos ganhadores no prazo de até 90 dias serão revertidos ao Fies (Financiamento Estudantil) até 24 de julho de 2028.

Nota

EDIFÍCIO A NOITE, NO CENTRO DO RIO, É VENDIDO E TERÁ APARTAMENTOS RESIDENCIAIS, LOJAS E SPA

A Prefeitura do Rio de Janeiro anunciou ontem a venda do edifício A Noite, na praça Mauá, região central, para uma empresa paulista que transformará o prédio em um residencial. A incorporadora paulista QOPP venceu a concorrência de outras três candidatas e pagará R$ 36 milhões pelo edifício Joseph Gire, nome oficial do empreendimento. A promessa é construir 447 apartamentos. As obras devem começar em setembro de 2024 e têm previsão de conclusão em até 18 meses. A Prefeitura do Rio comprou o edifício em março por R$ 28,9 milhões com a ideia de revendê-lo.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã 27º Tarde 16º Noite 5% 06:45 17:40 **INVERNO:** Sol com aumento de nuvens a partir da tarde. Não chove.

CASO MARIELLE

Procurador-geral de Justiça acredita em novas delações

O procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Luciano Mattos, afirmou ontem que há possibilidade de novas delações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.

Mattos destacou que, assim como Élcio de Queiroz, é "possível" que Ronnie Lessa, apontado como atirador, e outros envolvidos no crime, optem pela delação. "Eu acho que havendo uma delação e no contexto em que estamos, é sempre uma oportunidade. Claro que não só do Ronnie (Lessa), mas também do Maxwell e de outros envolvidos nesse caso", declarou o procurador à CNN Brasil.

O procurador destacou que a nova fase das apurações traz um "leque de oportunidades" para que elas sejam aprofundadas e tenham mais celeridade.

Sobre o acordo feito com Élcio de Queiroz para a delação, Mattos classificou as contrapartidas como "muito adequadas". No entanto, ele não deu mais detalhes e justificou que o ainda há muito sigilo.

O procurador revelou que no acordo não estava incluído o não comparecimento ao Tribunal do Júri. "Não tem nada em não participar do Tribunal do Júri, estão sendo veiculadas várias informações que não são corretas. Toda delação pressupõe uma contrapartida, há uma negociação, mas informações estão acobertadas pelo sigilo. As responsabilidades serão adequadas, o trabalho foi muito cuidadoso", detalhou Mattos.

Maxwell é transferido para presídio federal em Brasília

Cristina Indio do Brasil/ABrasil

O ex-sargento do Corpo de Bombeiros, Maxwell Simões Corrêa, conhecido como Suel, foi transferido da sede da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro para unidade do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em Brasília. Suel foi transportado ontem em um avião da PF, acompanhado de agentes da corporação.

Maxwell Simões Corrêa foi preso nesta segunda-feira passada, no âmbito da Operação Élpis, deflagrada pela Polícia Federal e pela Força Tarefa Marielle e Anderson (FT-MA), junto com o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Rio de Janeiro.

A justiça considera que as provas apresentadas pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) apontam a ligação do ex-bombeiro com o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista dela Anderson Gomes, antes, durante e depois do crime.

A prisão foi baseada em informações da delação premiada do ex-policial militar Élcio Queiroz, preso desde 2019, que declarou ter sido o motorista do veículo usado no crime. Segundo a delação, o ex-policial Ronnie Lessa foi o autor dos disparos que provocaram as mortes de Marielle, de Anderson e ainda feriram a assessora Fernanda Chaves.

Segundo o MPRJ, antes do crime, Maxwell Simões Corrêa participou da vigilância da vereadora, e depois, trocou as placas do veículo usado nos assassinatos, jogou fora as cápsulas e munições usadas e providenciou o desmanche do carro. O ex-bombeiro também seria responsável por manter financeiramente a família de Élcio Queiroz, assim como por arcar com as despesas de sua defesa.

DEFESA

A defesa de Maxwell Simões Corrêa informou que ainda não tem condição de se manifestar sobre a prisão do cliente. "A defesa teve acesso ontem aos autos, porém ainda não terminou o estudo do caso para se manifestar no momento", disse a advogada Fabíola Garcia à Agência Brasil.

Ainda segundo a advogada, o cliente passou por uma audiência de custódia ontem na Superintendência da PF, onde permaneceu desde que foi preso pela manhã. "(A audiência foi) apenas para constar para o cumprimento do mandado de prisão".

700 MIL MORTES

Ministra anuncia memorial da Covid e cita 'política desastrosa'

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, anunciou ontem que sua pasta e o governo federal farão um memorial para que a Covid-19 e a postura "desastrosa do governo passado" em relação à pandemia não sejam esquecidas.

O anúncio do que ela chama de "política de memória deste triste tempo" foi feito durante sua palestra no Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ontem, em Curitiba.

"Não podemos esquecer esse tempo. Não que nós não consigamos ver que estamos em um outro momento, em uma outra situação. Não é isso. Mas, não só a pandemia, mas a forma como o Brasil abordou, a política de governo absolutamente desastrosa, que nos levou a 700 mil vidas perdidas, não pode ser esquecida", disse ela, se lembrando de iniciativas como os museus do Holocausto.

Nísia antecipou que a ideia é fazer o memorial da Covid onde hoje é o Centro Cultural do Ministério da Saúde, no Rio de Janeiro. "É hora de ocupá-lo com uma reflexão importante", disse ela.

Durante sua palestra, a ministra afirmou que a pandemia "desnudou uma série de problemas já presentes na sociedade" e que um dos aprendizados é sobre a necessidade de se investir de forma contínua em ciência, tecnologia e inovação.

"O Brasil fez incorporação de tecnologia, contou com dois institutos para vacinas, mas não chegou a uma vacina gerada nos seus laboratórios de pesquisa, como aconteceu em outros países do Brics, por exemplo", comentou ela.

Nísia aproveitou para citar os 50 anos do programa nacional de imunizações e o "forte ataque" que ele vem sofrendo por "uma onda de desinformação criminosa nas redes sociais".

"Nós temos intensificado essas ações de vacinação com esforços de microplanejamento em todas as regiões do Brasil, mas não é uma tarefa só de governo. Acho que tem que ser uma tarefa também de sociedade", disse ela.

A ministra iniciou sua palestra com uma foto de dois pesquisadores, Adele Benzaken e Marcus Vinícius Guimarães de Lacerda, que em 2021 tiveram suas condecorações cassadas pelo governo, no auge do negacionismo bolsonarista durante a pandemia.

"Lacerda foi o responsável, entre vários trabalhos que realiza, pelo estudo que se comprovou não só que a cloroquina não tinha nenhuma eficácia em relação à Covid-19, mas, também, todos os efeitos adversos da administração da cloroquina do modo como, infelizmente, foi feita no Brasil", destacou ela.

Em relação a Adele Benzaken, a ministra fala em "outra faceta das trevas a que fomos submetidos". Benzaken perdeu a condecoração por defender a diversidade nas campanhas de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis.

Sem citar nominalmente o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Nísia afirmou que a revogação das condecorações foi um fato abominável e que a comunidade científica precisa permanecer vigilante, fomentando um diálogo democrático também internamente.

"Em muitos momentos tivemos a sensação de estar vivendo uma completa distopia, uma espécie de 'Conto da Aia'. Nós não nos libertamos destas ameaças e isso é uma reflexão importante. Há muito o que fazer para consolidar uma visão democrática da sociedade", afirmou ela.

Ao final da palestra, a ministra ainda falou sobre o impacto da pandemia na região Amazônica -"se não chamar isso de genocídio, não sei que nome nós podemos dar"- e do trauma na sociedade como um todo.

"Nós não podemos esquecer. Não só em respeito aos que se foram e às pessoas em luto, que a gente não tem como reparar. Mas, também porque é um trauma para a sociedade como um todo. Ou ao menos para a parte da sociedade que viveu assim. Porque uma parte da sociedade nega que o problema existiu. Por isso não podemos esquecer. Não no sentido do ressentimento, mas no sentido da superação e do avanço", defendeu a ministra.

ATAQUE EM ROMA

Moraes: ofensas foram políticas e com objetivo de constranger

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), e seus familiares afirmaram em depoimentos à Polícia Federal que as hostilidades que sofreram no aeroporto de Roma foram políticas e com o intuito de constrangê-lo. O ministro, sua esposa e seus três filhos prestaram os depoimentos na tarde de segunda-feira passada na sede da Superintendência da PF em SP.

A reportagem apurou que eles afirmaram que Andreia Munarão, uma das suspeitas de ofender o ministro, abordou Moraes quando ele fazia o credenciamento para entrar na sala VIP da companhia aérea TAP e o chamou de "comunista", "bandido" e "comprado". Depois que Moraes entrou na sala VIP, segundo o depoimento, ela passou a gravar o ministro e a gritar para os seus filhos que ele havia fraudado as urnas e roubado as eleições —ilação frequentemente feita pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores.

Nos depoimentos, os familiares de Moraes relataram que os filhos do ministro, que ainda faziam o credenciamento, a avisaram que, se ela não parasse, seria processada. O marido de Andreia, Roberto Mantovani Filho, teria então avançado contra o filho de Moraes e repetido as acusações.

O filho do ministro, ainda parado em frente à sala VIP, pegou o celular para gravar as ofensas. Eles relataram que foi nesse momento que Mantovani deu um tapa no rosto dele —que fez com que os óculos saíssem do lugar. Um estrangeiro interferiu e conteve as agressões, ainda segundo o relato.

Depois das ofensas, disse a família de Moraes, os suspeitos foram embora por alguns minutos, mas retornaram e passaram a gravar e a ofender o ministro e seus familiares dentro da sala VIP. Nesse momento, Moraes foi até eles e disse que era a segunda vez que ofendiam e agrediam sua família. Ele disse à PF que afirmou que tiraria fotos para identificá-los e que eles seriam processados no Brasil.

Em nota, o advogado Ralph Tórtima Filho, representante da família Mantovani, afirmou que ainda não teve acesso aos depoimentos de Moraes e seu familiares, entendendo ser temerária qualquer manifestação acerca do conteúdo antes de ter conhecimento pleno do que disseram.

"Os investigados, por sua vez, mantêm, na íntegra, o que já esclareceram à Polícia Federal. Inclusive, estão convictos de que as imagens do aeroporto confirmarão suas versões, reiterando que não houve qualquer ofensa direcionada ao ministro Alexandre de Moraes", diz no comunicado.

VIOLÊNCIA

Sob Tarcísio, registros de estupros e furtos têm alta no 1ª semestre

Os registros de crimes de estupro cresceram nos primeiros seis meses do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) em São Paulo, segundo dados da Secretaria da Segurança Pública divulgados ontem. Isso significa que, no primeiro semestre, foram ao menos 38 casos por dia.

No estado, 7.089 casos registrados, uma alta de 15,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Já na capital paulista 1.507 estupros notificados nos primeiros seis meses de 2023, um crescimento de 26% na comparação com 2022.

Com isso, as notificações de estupro superam os números registradas em 2019, ano anterior à pandemia de Covid-19. Os indicadores tiveram queda em 2020, e voltaram a crescer desde então.

As ocorrências de furtos também cresceram em São Paulo, com 286.673 casos no primeiro semestre deste ano, uma alta de 2,8% em comparação com o mesmo período do ano passado. Na capital, a alta foi maior, de 6,9%.

Por outro lado, o número de vítimas de homicídios doloso no estado caiu 4,5% no semestre, assim como o de latrocínio (-5,9%) e roubo (-3,1%).

Na capital, as vítimas de homicídio passaram de 260 a 266, com alta de 2,3%. As vítimas de latrocínio caíram de 30 para 22 (-26,7%). Já os roubos e furtos de veículo cresceram, respectivamente, 2,6% e 3,4% na soma de janeiro a junho de 2023, em comparação com o mesmo período do ano passado.

Na semana passada, dados do 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelaram que o Brasil registrou, em 2022, o maior número de registros de estupros da história. Ao todo, foram 74.930 vítimas, uma média de 205 estupros por dia, o que representa um aumento de 8,2% na comparação com 2021. A taxa é de 36,9 casos para cada 100 mil habitantes.

MASSACRE

Justiça decide se leva a júri PMs de Paraisópolis

A Justiça de São Paulo começou a analisar ontem se 13 policiais militares apontados como responsáveis por ação ocorrida em 2019 em baile funk de Paraisópolis, na zona sul da capital, devem ir a júri popular. Naquela ocasião, foram mortas nove pessoas, que tinham entre 16 e 23 anos.

Os agentes convocados foram denunciados pelo Ministério Público de São Paulo sob acusação de homicídio doloso, quando há intenção de matar. Todos respondem em liberdade.

No Fórum Criminal da Barra Funda, a audiência foi iniciada às 13h30. Primeiramente, serão ouvidas as testemunhas —52 entre defesa, acusação e comuns. Por isso, devem ser necessárias algumas sessões até decisão ser proferida.

Em frente ao local da sessão, familiares das vítimas protestam desde a manhã desta terça-feira. Eles pedem pela condenação dos envolvidos e questionam versão da polícia sobre o caso.

Investigação conduzida pela Corregedoria da Polícia Militar concluiu que os policiais militares não cometeram irregularidades. O órgão considerou que os agentes agiram em legítima defesa ao dispersar com bombas o baile e pediu o arquivamento do IPM (Inquérito Policial Militar).

A TRAGÉDIA

Cerca de 5.000 pessoas estavam no Baile da DZ7, na comunidade de Paraisópolis, em 1º de dezembro de 2019. Naquela noite, uma operação policial terminou com nove mortos. Ao menos outras 12 pessoas se feriram.

Nenhuma das vítimas morava no local. Havia entre elas estudantes, vendedores e desempregados que viviam em bairros como Capão Redondo, também na zona sul, Vila Matilde, na zona leste, e em cidades da Grande São Paulo, como Mogi das Cruzes.

Ao menos nove agentes da Polícia Militar teriam chegado primeiro ao local. Depois, reforço foi chamado.

Versão oficial dos policiais afirma ter havido perseguição policial a uma moto no entorno do baile. Então, eles teriam seguido criminosos até rua onde estavam concentrados os frequentadores da festa.

Em resposta à ação, frequentadores teriam atiraram pedaços de paus e pedras contra os policiais. Ainda conforme a polícia, o tumulto teria incitado uso de bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e cassetetes. Os suspeitos procurados pelos agentes não foram identificados ou presos.

Jovens feridos no tumulto e parentes das vítimas, porém, dizem que os policiais fizeram uma emboscada exclusivamente para acabar com o baile funk.

Segundo os laudos obtidos à época com exclusividade pela Folha, a causa das mortes apontada é asfixia mecânica provocada por sufocação indireta. O exame aponta traumas condizentes com pisoteamento, como contusões e escoriações.

Os familiares, no entanto, refutam a hipótese. Eles acreditam que os jovens foram mortos espancados pelos agentes.

A Defensoria Pública diz ter ocorrido aprisionamento das vítimas em um beco visando agredi-las. Os policiais negam.

Nota

SÃO PAULO REGISTRA O MAIOR NÚMERO DE MORTES POR DENGUE EM 8 ANOS

O número de mortos por dengue na cidade de São Paulo, de janeiro até o dia 13 de julho de 2023, é o maior em oito anos, segundo dados da Covisa (Coordenadoria de Vigilância em Saúde), órgão ligado à Secretaria Municipal da Saúde. Em 2023, no período, dez pessoas perderam a vida pela doença. No ano epidêmico de 2015, também de janeiro a julho, houve 25 mortes; em 2016, a cidade de São Paulo teve oito óbitos. Em relação aos casos de transmissão local de dengue, de 1º de janeiro a 13 de julho deste ano, o município somou 11.444. O número é 3,7% maior do que o registrado no mesmo período de 2022, quando houve 11.032 confirmações da doença. O crescimento foi de 62%, se comparado ao mesmo período de 2021 (7.061 casos) e 509,37%, em relação a 2020 (1.878), anos da pandemia de Covid.

INVERNO: Sol com algumas nuvens ao amanhecer. Noite com poucas nuvens. Manhã Tarde Noite 31º 19º 5% 06:30 17:30

MEIO AMBIENTE

RJ contrata 'guardiões' e libera licenças para recuperar manguezais

ABRASIL

O Rio de Janeiro cresceu ao redor de lagoas e por cima de rios, brejos e manguezais. Estudos estimam que somente a baía de Guanabara já perdeu dois terços da cobertura original dos mangues desde o início do povoamento na cidade. Há pressa para reverter a destruição.

A prefeitura lançou no início de junho o programa Guardiões do Mangue, que pretende usar moradores para salvar os manguezais que restaram na capital. Enseadas da baía de Guanabara, lagoa Rodrigo de Freitas, Guaratiba e as margens das lagoas da Barra são alguns dos locais de atuação dos guardiões.

Os 40 convocados da prefeitura para o Guardiões do Mangue vão receber uma bolsa auxílio mensal de R$ 1.000. Os líderes de cada um dos dez grupos receberão R$ 1.250.

Escolhidos por grupos locais, como associações de moradores, igrejas e movimentos sociais, eles serão responsáveis por capinar e limpar a área, retirando resíduos sólidos, além de reportar aos órgãos de fiscalização situações fora da ordem, como o descarte irregular de lixo, captura ilegal de espécies e construções irregulares.

"O nosso norte é trazer os moradores das comunidades para a assistência e o cuidado nas áreas verdes, pela vivência que eles já têm com o lugar. A ideia é que, como eles já desejariam cuidar desses espaços voluntariamente, a gente consiga assisti-los", diz Artur Sampaio, subsecretário de Meio Ambiente e Clima do Rio.

Já o governo do estado prevê, para este semestre, a criação de um plano estadual de restauração e conservação dos manguezais.

O manguezal é encontrado na transição entre ambientes terrestres e marinhos, em regiões que sofrem influência das marés. Nesta quarta-feira, 26 de julho, é celebrado o Dia Internacional para Conservação dos Manguezais.

No Rio de Janeiro, das favelas aos condomínios caros, os mangues contornam a paisagem. Muitos, porém, foram destruídos com o crescimento das cidades da região metropolitana.

"A degradação do mangue pode levar ao desaparecimento de diversas espécies. Embora no Brasil não tenhamos grandes eventos catastróficos como ciclones e furacões, o mangue é a vegetação que protege efetivamente a costa contra esses fenômenos", afirma o oceanógrafo Julio Wasserman, professor da UFF (Universidade Federal Fluminense).

Na cidade do Rio, a principal porção de mangues ficou na zona oeste, espalhada pelo Guandu, em Santa Cruz, pela reserva biológica de Guaratiba e a restinga da Marambaia. Ali também está o maior risco. A zona oeste é a região que mais cresce em população. Construções irregulares, algumas financiadas por milícias, invadem vegetações em áreas não protegidas.

No último dia 18, o governador Cláudio Castro (PL) (**foto**) assinou a licença ambiental para obras de dragagem nas lagoas da Barra e de Jacarepaguá, na zona oeste. A intervenção foi prometida pelo estado em 2013 para ficar pronta até a Olimpíada de 2016, mas nunca foi entregue.

A obra será realizada pela concessionária Iguá, com duração estimada em três anos. A expectativa é gastar R$ 250 milhões para remover milhões de metros cúbicos de lodo e sedimentos do fundo das lagoas. A obra promete melhorar a condição das áreas de mangues que beiram o complexo lagunar.

Na lagoa Rodrigo de Freitas, na zona sul, onde ainda existem pequenas porções de mangues, técnicos do Inea (Instituto Estadual do Ambiente) têm apontado melhora na condição da água e a aparição de animais. Aves como quero-queros, socozinhos e colhereiros voltaram à lagoa. Caranguejos como guaiamuns, aratus-vermelhos e marinheiros apareceram de forma inédita.

Os mangues contornam também outros municípios banhados pela baía de Guanabara. Na APA (área de proteção ambiental) de Guapimirim, que abrange Magé, São Gonçalo e Itaboraí, a secretaria estadual de Ambiente, em parceria com o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), restaurou 50 hectares de mangue.

Dados de 2018 do ICMBio mostram que o estado do Rio possui 13.779 hectares de mangue. Na capital restaram aproximadamente 3.000 hectares.

Mário Soares, coordenador do Núcleo de Estudos em Manguezais da Uerj (Universidade estadual do Rio de Janeiro), afirma que as políticas públicas precisam pensar na relação dos manguezais com o uso e ordenamento do território. É dele a estimativa de que a baía de Guanabara perdeu mais da metade da cobertura original da vegetação.

"Dados de 2020 mostram que 68% dos manguezais do estado estão inseridos em unidades de conservação. Isso dá a impressão de que são áreas protegidas, mas não é bem assim: apenas 22% estão em unidades de conservação de proteção integral, como reservas. Os outros manguezais estão em categorias mais vulneráveis, como as APAs", afirma.

"Sepetiba, por exemplo, está localizada em região de expansão urbana e industrial da cidade", destaca.

O preconceito é um dos obstáculos à conservação. "A população, mesmo os pescadores, ainda veem os mangues como áreas pestilentas, por causa do odor e da lama", afirma Wasserman. Outros desafios são as intervenções urbanas e industriais.

Na baía de Sepetiba, quatro termelétricas flutuantes da empresa turca Karpowership operam desde outubro, apesar de ações judiciais tentarem impedir. As usinas têm capacidade para gerar 560 megawatts de energia elétrica a partir da queima de gás natural.

"Não adianta termos uma reserva biológica estadual em Guaratiba, na baía de Sepetiba, sob a gestão do Inea, e por outro lado, esse mesmo órgão licenciar empreendimentos extremamente danosos à baía, como é o caso do licenciamento de termoelétricas flutuantes", critica Wasserman.

O Inea diz que a licença foi concedida porque, de acordo com as vistorias técnicas realizadas, "a empresa está operando em conformidade, no diz que respeito ao licenciamento ambiental".

Para o oceanógrafo, o momento de cuidar dos mangues é decisivo. "As mudanças climáticas devem afetar os mangues. A subida do nível do mar deve pressioná-los para o interior. A mudança no regime do clima também deve causar modificações na intensidade de eventos. Os mangues terão papel relevante na proteção da costa", ressalta.

EUA

Justiça bloqueia política de Biden para migrantes

A Justiça dos Estados Unidos anulou ontem uma política do governo Joe Biden que aumentou as restrições aos solicitantes de asilo no país. A medida havia sido implementada pelo presidente democrata numa tentativa de conter a entrada de pessoas em situação irregular após o fim do Título 42, que previa expulsões automáticas sob a justificativa de crise sanitária na pandemia.

Os migrantes passaram a ser obrigados a solicitar asilo antes de entrar no território americano através do CBP One, aplicativo online que permite agendar hora e local para se apresentar em um posto de entrada. A regra foi divulgada pela Casa Branca em fevereiro e havia entrado em vigor em maio.

A medida, porém, foi criticada por grupos de direitos humanos, que a compararam com as políticas linha-dura adotadas pelo ex-presidente Donald Trump, crítico ferrenho dos migrantes em situação irregular. Biden assumiu o cargo em 2021 prometendo reverter algumas das medidas restritivas implementadas no governo do republicano, mas também apertou o centro contra as pessoas que entram nos EUA sem autorização após números recordes de detenções na fronteira do país com o México.

Só em 2022, 2,6 milhões de pessoas foram flagradas atravessando para os EUA de maneira irregular pelo México, número sem precedentes na história americana recente. O fluxo é formado em grande parte por migrantes que fogem da crise na América Latina após a pandemia, acentuada em regiões que já viviam emergências humanitárias, como Venezuela, Haiti e áreas dominadas por criminosos na América Central.

Ao derrubar a regra do governo Biden, o juiz federal Jon Tigar justificou na sentença de 35 páginas que, segundo a lei americana, atravessar a fronteira de forma irregular não é um impeditivo para o pedido de asilo. Ele também disse ser inviável solicitar refúgio em países que não têm como receber um grande número de pessoas, caso da Colômbia ou do México. A ação vale por 14 dias, mas pode ser prorrogada.

O governo dos EUA já recorreu da sentença. A equipe de Biden argumentou que milhares de migrantes podem entrar em território americano todos os meses recorrendo, por exemplo, a novos programas conduzidos por patrocinadores privados que ajudam refugiados. Mas Tigar rebateu acrescentando que esses projetos não estão abertos a todos e que as medidas são "irrelevantes" para a crise na fronteira.

Tigar disse ainda que as evidências apresentadas no caso "sugerem que os migrantes que aguardam no México correm sério risco de violência". "A cada dia que o governo Biden prolonga a luta pela proibição [de migrantes em situação irregular], muitas pessoas que fogem da perseguição e buscam um porto seguro para suas famílias são deixadas em grave perigo", disse Katrina Eiland, advogada da American Civil Liberties Union, organização que luta pelos direitos e liberdades individuais dos americanos.

A agência de notícias Reuters relatou no início do mês que centenas de migrantes, incluindo famílias com crianças pequenas, não conseguiam acessar o CBP One enquanto esperavam em cidades consideradas perigosas próximas da fronteira mexicana. Grupos humanitários também alertaram sobre a deterioração das condições sanitárias nos locais onde os migrantes se abrigam.

A política batizada de Título 42 havia sido implementada pelo governo Donald Trump, sob a justificativa de crise sanitária na pandemia, e mantida pelo governo de Joe Biden. Mas a medida expirou no dia 11 de maio e não foi prorrogada.

Nos dias que antecederam o fim da dura regra, milhares de migrantes se aglomeraram na fronteira do México com os EUA. Em sentido oposto ao esperado principalmente por republicanos, junho registrou queda na cifra de migrantes flagrados em travessias ilegais --211.575 pessoas foram abordadas, segundo menor número do ano, de acordo com a CBP (Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA, na sigla em inglês).

CÂMARA

Investigação sobre filho de Biden está no 'nível de impeachment'

Na ameaça mais clara até agora, o líder da Câmara dos EUA, o republicano Kevin McCarthy, afirmou que a investigação sobre o filho do presidente Joe Biden "está chegando ao nível de inquérito de impeachment".

McCarthy controla a Casa, que hoje tem maioria republicana e, assim, poder para abrir um processo de afastamento. Ele assumiu o cargo em janeiro deste ano prometendo uma ofensiva contra o democrata.

O comentário foi feito ao canal conservador Fox News na noite de segunda-feira passada, quando McCarthy discorreu sobre o avanço das apurações contra Hunter Biden, filho do presidente. A Câmara investiga suposto beneficiamento a Hunter, e dois funcionários da Receita Federal delataram que as averiguações contra o filho do presidente foram propositadamente atrasadas pelo Departamento de Justiça.

"Isso está chegando ao nível de inquérito de impeachment", disse o líder republicano. "Este presidente utilizou algo que não vimos desde Richard Nixon, a instrumentalização do governo em benefício de sua família, negando ao Congresso a capacidade de exercer supervisão."

Para que a Câmara abra um processo de impeachment, é preciso de maioria simples dos votos, e os republicanos têm 222 das 435 cadeiras da Casa. Se aprovado, segundo as normas americanas já se pode dizer que o presidente sofreu um impeachment, como aconteceu duas vezes com o republicano Donald Trump e uma vez com o democrata Bill Clinton, ainda que o processo siga para o Senado.

Lá, ocorre o julgamento do presidente, e são necessários dois terços dos votos para condená-lo e retirá-lo do cargo. Como os democratas têm maioria na Casa, hoje é praticamente impossível tirar Biden da Presidência, mas a abertura do processo de impeachment interessa aos republicanos da Câmara também pelo desgaste político que o presidente teria enquanto busca a reeleição.

"Em vez de focar problemas reais que os americanos querem que resolvamos, como continuar a baixar a inflação ou a criar empregos, isso é o que os republicanos na Câmara priorizam", escreveu o porta-voz da Casa Branca Ian Sams. "A ânsia de ir atrás do presidente independentemente da verdade não tem fim."

O motivo da abertura de um processo de impeachment seria o envolvimento do presidente em negócios do filho como lobista representando companhias de outros países, incluindo Ucrânia e China. "Quando Biden concorreu, disse em público que nunca tratou de negócios, disse que sua família nunca recebeu um dólar da China, o que provamos que não é verdade", disse McCarthy na entrevista à Fox.

Em 2018, o Departamento de Justiça abriu uma investigação contra Hunter por possíveis violações de leis relacionadas a impostos e por lavagem de dinheiro em transações comerciais estrangeiras. O processo foi conduzido pelo procurador David C. Weiss, indicado ao cargo por Trump —Biden o manteve no posto para afastar suspeitas de que estaria interferindo na investigação contra o filho.

Em junho, dois funcionários da Receita depuseram à Câmara afirmando que as apurações contra o filho do presidente foram propositadamente atrasadas pelo Departamento de Justiça. Um dos agentes entregou à Câmara conversas de WhatsApp em que Hunter questionava, em tom de ameaça, o empresário chinês Henry Zhao sobre o andamento de um acordo. As mensagens são de 2017, quando seu pai, que então havia acabado de deixar a vice-presidência, não ocupava nenhum cargo público.

"Estou aqui com meu pai, e gostaríamos de entender por que nosso acordo não foi cumprido", disse Hunter, segundo a mensagem obtida após uma operação de busca e apreensão. Na sequência, Hunter diz que, se não receber um retorno de Zhao ou do presidente da firma com a qual fazia negócio, certificaria-se de que, "entre o homem sentado ao meu lado [Biden] e todas as pessoas que ele conhece, além da minha habilidade de guardar rancor para sempre, você vai se arrepender de não seguir as minhas instruções".

Além disso, as autoridades da Receita afirmaram que "há evidências de que o Departamento de Justiça deu tratamento preferencial [ao caso], atrasou as investigações e não fez nada para afastar óbvios conflitos de interesses". Eles ainda disseram que um procurador do caso se comunicava com frequência com os advogados de Hunter. A Casa Branca negou qualquer irregularidade no caso.

McCarthy está envolvido em outra controvérsia envolvendo impeachment. A imprensa americana apontou que ele teria prometido a Trump colocar em pauta na Câmara o cancelamento dos processos de impeachments contra o ex-presidente aprovados na Casa. "Kevin está, você sabe, fazendo política. Nem mesmo está claro se ele pode constitucionalmente expurgar essas coisas", disse a democrata Nancy Pelosi, presidente da Câmara na gestão anterior, à rede americana CNN no último domingo.

Ecoriominas Concessionária de Rodovias Ltda. CNPJ nº 29884545/0001-90 torna público que, obteve da Secretaria Municipal do Ambiente e Sustentabilidade de Guapimirim, por meio do processo Administrativo 5390/2023, de 05/06/2023, a LMI 012/2023 para reabilitação de terrapleno, incluindo o retaludamento, implantação de dispositivos de drenagem e revestimento vegetal com biomassa projetada, contemplando a escavação de um total de 62000m³ de solo e supressão de vegetação em área localizada às margens da Rodovia BR-493/RJ (pista sentido sul), entre KM 17+010 e KM 17+400, s/n, Vale das Pedrinhas, Guapimirim/RJ.

CBM PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 34.157.391/0001-74 - NIRE 33.3.0034652-0
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 18/07/2023, às 11 horas, de forma remota e digital através da plataforma eletrônica de reuniões "*Microsoft Teams*", conforme permitido pelo art. 124, §2º-A da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A."), considerando-se realizada, para todos os fins legais na sede social da CBM Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado do RJ, na Av. Rio Branco, 1, sala 807, Centro, CEP 20.090-907. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das S.A., em virtude da presença de acionistas titulares de ações representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme Lista de Presença de Acionistas que constitui Anexo I a esta Ata de Assembleia Geral Extraordinária. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Carlos Alberto Caputo, Secretário: Sr. Daniel Barreto Gelbecke. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Por unanimidade de votos foram tomadas as seguintes deliberações: 4.1. Aprovar nova capitalização da Companhia mediante subscrição particular, no valor total de R$ 21.600.000,00, com a emissão de 4.146.182 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia de R$ 40.411.845,57 para R$ 62.011.845,57, dividido em 26.423.017 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações ordinárias emitidas foram totalmente subscritas na forma do Boletim de Subscrição de Ações constante do Anexo II a este instrumento, sendo totalmente integralizadas pelo **Insuresilience Investment Fund Private Equity II SCA SICAV-RAIF**, fundo de investimento, constituído e existente de acordo com as leis de Luxemburgo (número de registro: B266900), com sede na Rue d'Alsace nº 2, L-1122 Luxemburgo, Grão-Ducado de Luxemburgo, CNPJ/MF 48.823.580/0001-43 ("Fundo"), administrado pela gestora de investimentos BlueOrchard Invest S.a.r.l., sociedade constituída e existente de acordo com as leis de Luxemburgo, com sede na 1 rue Goethe, L-1637, Luxemburgo. 4.2. Os demais acionistas da Companhia renunciam, neste ato, de maneira irrevogável e irretratável, aos seus respectivos direitos de preferência à subscrição das novas ações de modo a permitir a subscrição de ações prevista no Boletim de Subscrição que integra o Anexo II a este instrumento. 4.3. Em razão das deliberações tomadas acima, o Artigo 5º passará a vigorar com a seguinte redação: "*O capital social da Companhia é de R$ 62.011.845,57, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 26.423.017 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.*" 4.4. Aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma do Anexo III à presente ata. 4.5. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, §1º da Lei 6.404/76 e autorizar a administração da Companhia a tomar todas e quaisquer providências necessárias para a implementação das deliberações ora aprovadas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi lida e assinada por todos os acionistas presentes. A presente Assembleia Geral Extraordinária foi realizada a distância com a coleta das assinaturas por meio da plataforma *Docusign*. Os membros da Mesa e os acionistas presentes reconhecem e concordam com a assinatura através da referida plataforma, atestando sua veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia. As partes também concordam que a assinatura eletrônica desta Assembleia Geral Extraordinária não obsta ou prejudica sua exequibilidade. Esta Assembleia Geral Extraordinária produz efeitos para todas as partes a partir da data abaixo indicada, ainda que uma ou mais partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. RJ, 18/07/2023. *A presente ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio.* Mesa: **Carlos Alberto Caputo e Daniel Barreto Gelbecke. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** - NIRE: 333.0034652-0, Protocolo: 00-2023/559978-6, Data do protocolo: 20/07/2023. Certifico o arquivamento em 21/07/2023 sob o número 00005591013. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.